JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Divulgação

Vagas são para o serviço público em Joinville

Prefeitura de Joinville abre 22 vagas temporárias

A Prefeitura de Joinville abriu processo seletivo para preencher 22 vagas. Com salários que alcançam R$ 13,5 mil, a contratação temporária é destinada a cargos de nível médio, técnico e superior. As inscrições podem ser feitas até às 14h do dia 21 de outubro. Os salários, que podem chegar até R$ 13,5 mil, variam de acordo com o cargo, o nível de escolaridade e jornada de trabalho.

Pelo site (https://www.institutoaocp.org.br/concursos/679), os candidatos podem fazer a inscrição e acompanhar todo o andamento do processo. O valor da inscrição é R$ 72 para nível médio e R$ 108 para nível superior.

Além da prova de títulos, o processo seletivo também terá uma prova objetiva, que será realizada no dia 2 de novembro.

Doação no Dia do Servidor

A comemoração do Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro, o Governo do Estado de São Paulo transferiu o feriado para o dia 27. A data é uma homenagem aos profissionais que atuam no serviço público, reconhecendo a importância de seu trabalho para o funcionamento e desenvolvimento do Estado. Durante o feriado, a Fundação Pró-Sangue manterá o atendimento em alguns de seus postos de coleta para quem possa contribuir para o abastecimento dos estoques de sangue. Informações em www.prosangue.sp.gov.br.

Waldemir Barreto/Agência Senado

Fabiano Contarato é presidente da comissão mista

Novas regras para uso de cartões corporativos

Um projeto de lei (PL) que estabelece regras para o uso do Cartão de Pagamento de Gastos Federais por órgãos e entidades da administração pública foi aprovado nesta quarta-feira (dia 8) pela Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC) do Senado. Caso não haja recurso para votação em plenário, a proposta seguirá para a Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), o PL 3.852/2020 foi aprovado em primeiro turno pela CTFC em setembro. Segundo a Agência Senado, o texto recebeu um substitutivo do senador Sergio Moro (União-PR) que, por não receber emendas no turno suplementar, foi adotado pela comissão.

Atualização no Sindifisco

Ter os dados pessoais atualizados no cadastro do sindicato facilita a comunicação entre o Sindifisco Nacional e os seus filiados. A direção produziu um tutorial em vídeo, que está no site do sindicato, para explicar aos filiados como atualizar o seu cadastro, usando o aplicativo do sindicato no celular.

O procedimento é simples. Basta fazer login com o CPF e a senha. Depois, clique em "Menu", no canto superior esquerdo. Em seguida, em "Meu Cadastro". A partir daí, é possível atualizar os números de telefones e os endereços.

Arquivo Nacional no Sul

Arquivo Nacional (AN), órgão integrante da estrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços públicos (MGI), inaugurou na última quinta-feira (9) o Escritório Regional Sul, em Porto Alegre (RS). A cerimônia ocorreu na Superintendência Regional de Administração do Rio Grande do Sul (SRA/RS) e reuniu autoridades, representantes de instituições arquivísticas, servidores públicos e membros da sociedade civil. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a gestão de documentos, promover a preservação do patrimônio arquivístico e ampliar o acesso à informação.

Divulgação

Calendário de pagamentos do Pasep (serviço público) e do PIS (setor privado) vai até o dia 29 de dezembro

Lote extra vai contemplar 942,3 mil servidores

Pelo menos 1,6 mil trabalhadores serão contemplados com o pagamento do PIS/Pasep

Por Martha Imenes

Os 942,3 mil servidores públicos com direito a receber o abono salarial do Pasep poderão colocar a mão na grana amanhã. Isso porque o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) pagará um lote extra com R$ 1,5 bilhão. Ao todo, 1,6 milhão trabalhadores serão contemplados. Desse total, 697,8 mil são da iniciativa privada.

Os valores do abono variam entre R$ 127 a R$ 1.518, de acordo com o número de meses trabalhados no ano-base 2023. Neste ano, o programa recebeu um total de R$ 30 bilhões para o pagamento do benefício, que começou a ser pago em fevereiro e vai acabar em 29 de dezembro.

Nos dois casos, de servidores públicos e iniciativa privada, o pagamento será realizado prioritariamente por crédito em conta bancária. O dinheiro também pode ser transferido via TED ou Pix. Para trabalhadores que não tem conta ou chave Pix, o saque poderá ser realizado presencialmente nas agências do Banco do Brasil (Pasep) ou da Caixa Econômica Federal (PIS).

O ministério explicou que o lote extra foi criado para atender os trabalhadores que tiveram os dados enviados dentro do prazo excepcional estabelecido pela Resolução Codefat/MTE nº 1.013, de 2025.

Ainda conforme a pasta, a medida foi criada em decorrência do atraso das prefeituras de todo país para encaminhar essas informações, o que retardou o pagamento. Os empregadores tiveram até o dia 20 de junho para fazer os registros no eSocial.

Os trabalhadores que precisarem de informações adicionais podem utilizar os canais de atendimento do MTE e nas unidades das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, bem como pelo telefone 158.

Quem pode receber

De acordo com informações do ministério, tem direito ao abono os trabalhadores que estejam cadastrados no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos, contados a partir da data do primeiro vínculo; ter recebido até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado; ter exercido atividade remunerada por pelo menos 30 dias consecutivos ou não no ano-base considerado; e, por fim, ter seus dados no ano-base de 2023 corretamente informados pelo empregador no eSocial.

Parceria

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Fundação Roberto Marinho (FRM) firmaram uma parceria para oferecer cursos preparatórios a pessoas que não concluíram a educação básica, além de cursos de qualificação profissional. O acordo foi assinado no Instituto Brasileiro de Teatro, em São Paulo, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e pelo secretário-geral da FRM, João Alegria. A cerimônia contou ainda com a presença de Rodrigo Rossi, diretor e chefe da representação da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) no Brasil.

Reconstrução

Para Luiz Marinho, "o conhecimento é a chave da reconstrução", e iniciativas como a parceria com a Fundação Roberto Marinho ampliam essa capacidade de levar o conhecimento a um maior número de pessoas. Ele ressaltou que políticas públicas anteriormente descontinuadas estão sendo retomadas e reconstruídas.

Projeto cria regras para trabalho conjunto de fiscalização e controle

Agência Câmara

Deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL) O foi autor do texto aprovado com substitutivo

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei (PL) que cria regras para a atuação colaborativa entre órgãos de fiscalização e controle, e as polícias judiciárias civis e o Ministério Público (MP) em investigações. O texto será enviado ao Senado.

O objetivo do PL 4.498/2025 é aumentar a integração constitucional desses órgãos para melhorar a eficiência do Estado no combate à corrupção, ao crime organizado, além de práticas financeiras e econômicas ilegais.

As ações conjuntas não dependerão de formalização de convênio ou acordo de cooperação.

Ações conjuntas

A integração se dará por meio de ações conjuntas e disponibilização de serviços e sistemas técnicos especializados.

No caso da Polícia Federal (PF) e as polícias civis dos estados e do Distrito Federal, as investigações conjuntas não precisarão ser formalizadas por convênio ou acordo de cooperação.

O PL prevê ainda o compartilhamento espontâneo e o fornecimento de informações, dados e documentos de interesse da investigação, sempre observando as normas de sigilo previstas em lei.

A proposta visa a aplicação das regras ao processo penal militar e à polícia judiciária militar.

O texto de autoria do deputado Delegado Fabio Costa (PP-AL) foi aprovado com substitutivo (quando o texto tem seu conteúdo alteado substancialmente) do relator, o deputado Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP).

Troca de informações

De acordo com Bilynskyj, a integração reduz a fragmentação e acelera a troca qualificada de informações. "O crime organizado segue um sistema empresarial. São empresas que visam ao lucro e se organizam com complexidade. E como a polícia vai verificar lucro e faturamento sem acesso a dados da Receita, Cade, CVM, Bacen? Tudo isso se viabiliza com este projeto", afirmou.

Em paralelo, o deputado Chico Alencar (Psol-RJ) lembrou da recente operação realizada pela Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público, que revelou negócios e empresas operadas pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

"É célebre a expressão: quer combater o crime, siga o curso do dinheiro", citou.

Força-tarefa

O projeto também deixa claro que a Polícia Federal e as polícias civis dos estados e do Distrito Federal poderão desenvolver atividades investigativas conjuntas por meio de força-tarefa sem necessidade de formalizar por convênio ou acordo de cooperação.